



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2015 e 2014.

São Paulo, 26 de maio de 2015.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 28 DE FEVEREIRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		
	Nota	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	225.985	209.403	243.978	261.856
Aplicações financeiras	5	52.990	36.805	134.830	151.992
Contas a receber de clientes	6	413.479	409.838	573.326	526.650
Estoques	7	236.532	271.777	414.287	436.514
Adiantamentos a fornecedores e produtores	8	130.317	110.056	230.688	191.400
Impostos a recuperar	9	109.370	82.996	122.793	91.750
Partes relacionadas	16	13.513	5.287	13.362	10.467
Outros créditos	17	15.064	11.626	33.150	30.051
Despesas do exercício seguinte	18	4.930	9.288	5.433	4.333
Total do ativo circulante		1.202.180	1.143.087	1.777.702	1.608.113
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	16.872	20.049	16.936	20.113
Impostos a recuperar	9	2.798	4.051	2.798	4.051
Partes relacionadas	16	-	-	5.171	4.192
Depósitos judiciais	17	4.953	5.087	5.028	5.087
Outros créditos	10	16.358	41	16.888	871
Investimentos	12	40.981	29.228	46.821	34.314
Imobilizado	13	760.070	640.380	20.271	16.099
Intangível	14	531.627	567.939	830.847	821.322
Total do ativo não circulante		1.559.689	1.471.837	1.488.056	1.393.678
Total do ativo		2.761.869	2.614.924	3.265.758	3.001.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		
	Nota	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Circulante					
Fornecedores		217.666	189.464	418.607	349.436
Empréstimos e financiamentos	15a	81.899	88.629	167.394	199.402
Debêntures	15b	172.878	162.642	172.878	162.642
Partes relacionadas	16	29.860	22.123	6.241	2.938
Obrigações sociais		9.905	18.678	18.290	25.259
Impostos a recolher		4.626	2.727	27.464	9.278
Provisão para férias e encargos		13.385	12.972	24.017	19.705
Programa de parcelamento especial	18	981	9.627	10.173	9.627
Dividendos a pagar	19b	25.950	34.000	25.950	34.000
Títulos a pagar		71.239	62.694	71.239	62.694
Outras contas a pagar		7.644	16.857	32.836	39.444
Total do passivo circulante		648.123	620.413	975.089	914.425
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15a	271.988	316.265	436.141	398.405
Debêntures	15b	517.967	468.880	517.967	468.880
Programa de parcelamento especial	18	70.089	74.508	71.316	75.928
Imposto de renda diferido	20b	46.588	16.410	56.766	24.044
Provisão para demandas judiciais	17	9.872	8.051	11.126	9.590
Títulos a pagar		53.488	62.694	53.488	62.694
Outras contas a pagar		61.110	61.110	53.599	61.110
Total do passivo não circulante		969.992	1.008.518	1.146.915	1.101.373
Patrimônio líquido	19				
Capital social		527.428	527.428	527.428	527.428
Reserva de capital		-	333	-	333
Reservas de lucros		320.061	236.965	320.061	236.965
Ajuste de avaliação patrimonial		296.265	221.267	296.265	221.267
Total do patrimônio líquido		1.143.754	985.993	1.143.754	985.993
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.761.869	2.614.924	3.265.758	3.001.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

Resultado	Controladora		Consolidado		
	Nota	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Receita líquida de vendas e serviços	27	2.605.264	2.642.282	3.675.782	3.581.563
Custos das vendas e serviços	28	(1.985.545)	(1.979.317)	(2.824.365)	(2.702.454)
Lucro bruto		619.719	662.965	851.417	879.109
Recargas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	(286.837)	(300.878)	(402.099)	(413.387)
Despesas administrativas	28	(132.226)	(125.325)	(173.907)	(162.132)
Resultado de equivalência patrimonial	12	40.606	32.399	(303)	(1.235)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	7.492	(7.992)	9.916	(3.464)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		248.754	261.169	285.024	298.891
Despesas financeiras	21	(175.328)	(150.404)	(204.067)	(185.454)
Recargas financeiras	21	64.721	55.117	75.798	65.862
Imposto de renda e contribuição social		138.147	165.882	156.755	179.299
Corrente	20	(3.009)	(18.268)	(16.898)	(28.384)
Diferido	20	(30.178)	(23.400)	(34.897)	(26.701)
Total Imposto de renda e contribuição social		(33.187)	(41.668)	(51.795)	(55.085)
Lucro líquido do exercício		104.960	124.214	104.960	124.214
Lucro líquido, básico e diluído, por ação do capital social - R\$		0,93	1,10		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

Resultado	Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014
Lucro líquido do exercício	104.960	124.214
Diferenças resultados abrangentes:		
Outras mudanças sobre conversão de operações estrangeiras	79.084	47.012
Resultado abrangente do exercício	184.044	171.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	138.147	165.882	156.755	179.299
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(40.606)	(32.399)	303	1.235
Encargos financeiros provisionados	141.456	98.613	163.231	120.792
Provisão para devedores duvidosos	(4.541)	(758)	(4.551)	(363)
Provisão para descontos	(2.159)	(1.725)	(2.159)	(1.725)
Provisão para demandas judiciais	1.821	2.256	1.536	3.765
Depreciações	44.881	42.141	67.414	63.064
Amortizações	8.263	12.811	8.849	13.366
Resultado na venda de bens do imobilizado	(251)	(287)	(2.500)	1.585
Total	287.011	286.534	388.878	381.018
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	3.059	(57.854)	4.905	(71.158)
Estoques	35.245	(88.075)	46.633	(87.024)
Ativos circulantes e não circulantes	(46.391)	(1.751)	(33.769)	(44.403)
Total dos ativos	(8.087)	(147.662)	17.769	(202.585)
Redução (aumento) nos passivos				
Fornecedores	42.082	12.480	31.848	7.099
Salários e encargos a pagar	(8.360)	4.103	(6.518)	3.876
Obrigações tributárias	(7.699)	(63.398)	7.713	(74.227)
Outros passivos circulantes e não circulantes	15.020	(10.290)	21.926	(18.359)
Agendamento de IRPJ e CSLL	(11.000)	(12.407)	(12.407)	(6.798)
Total dos passivos	41.043	(58.205)	42.062	(88.809)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	319.967	80.667	448.709	89.624
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	(13.008)	268.968	(64.490)	264.446
Venda de imobilizado	6.080	-	6.268	17.235
Adições ao intangível	(984)	(1.001)	(1.145)	(1.122)
Adições aos investimentos	(84.880)	(107.941)	(142.534)	(121.839)
Adições ao imobilizado	(46.990)	(94.156)	(70.079)	(108.629)
Caixa adinvido das aquisições	-	-	3.612	306
Caixa (consumido) gerado pelas atividades de investimentos	(139.782)	65.870	(268.368)	50.397
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Captação (liquidação) de empréstimos	(34.065)	152.433	(60.818)	144.149
Juros pagos sobre empréstimos	(96.005)	(68.566)	(106.701)	(90.463)
Dividendos distribuídos	(33.533)	(33.533)	(34.000)	(33.533)
Caixa aplicado (gerado) pelas atividades de financiamento	(163.603)	50.334	(201.519)	20.153
Variação cambial realizada sobre caixa e equivalentes	-	-	3.300	9.564
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	16.582	196.871	(17.878)	169.738
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	209.403	12.532	261.856	92.118
No final do período	225.985	209.214	249.978	261.856
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	15.882	196.871	(17.878)	169.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

28 DE FEVEREIRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Receitas	2.848.347	2.873.536	4.091.377	3.874.926
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	12.051	2.840	18.067	11.571
Outras receitas	10	(1.451)	(633)	(1.895)
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	2.860.408	2.874.925	4.108.811	3.884.602
Consumos adquiridos de terceiros	(1.712.225)	(1.714.643)	(2.577.395)	(2.428.813)
Custos produzidos, mercadorias e serviços vendidos	(436.463)	(450.559)	(580.207)	(591.178)
Materiais, energia, serviços terceiros, outros	(4.559)	(10.832)	(8.140)	(15.023)
Outros	(2.153.247)	(2.176.070)	(3.165.742)	(3.035.014)
Valor adicionado bruto	707.161	698.855	943.069	849.588
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(53.144)	(54.952)	(76.263)	(76.430)
Imposto de renda	(53.144)	(54.952)	(76.263)	(76.430)
Total	654.017	643.903	866.806	773.158
Valor adicionado líquido produzido				
Resultado de equivalência patrimonial	40.606	32.399	(303)	(1.235)
Recargas financeiras	64.722	55.117	75.798	57.655
Total	105.328	87.516	75.496	56.420
Valor adicionado total a distribuir	759.345	731.419	942.302	829.578
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	121.757	115.734	208.668	143.061
Benefícios	40.769	40.927	55.903	41.985
FGTS	12.520	10.650	12.520	10.650
Outros	34.118	30.701	34.217	30.757
Total	209.164	198.012	311.308	226.453
Impostos, taxas e contribuições				
Federal	64.958	66.514	84.752	80.953
Estaduais	190.062	178.457	219.026	204.838
Municipais	2.816	2.099	5.913	3.960
Total	257.836	247.070	309.691	289.751
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	175.328	150.404	204.067	177.246
Aluguéis	12.057	11.719	12.276	11.914
Total	187.385	162.123	216.343	189.160
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	25.950	33.000	25.950	33.000
Lucro líquido do exercício	79.010	91.214	79.010	91.214
Total	104.960	124.214	104.960	124.214
Total	759.345	731.419	942.302	829.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstr



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 28 DE FEVEREIRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação à perda por redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 28 de fevereiro de 2015 e 2014 apenas o contas a receber de clientes e o contas a pagar a fornecedores foram considerados materiais e ajustados a seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros implícitos são receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **2.19. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativo semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos. **2.20. Provisões:** Geral: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um fluxo econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando provável que benefícios econômicos futuros decorrentes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis. Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso. **Provisões para demandas judiciais:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para a liquidação de obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua interpretação jurídica, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.21. Debêntures:** Inicialmente registrados pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **2.22. Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão que concedeu o benefício e de que serão recebidas. Registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. No exercício em que em 28 de fevereiro de 2015 a subvenção governamental da unidade de Pernambuco não foi recebida devido estar sendo renovada. **2.23. Arrendamentos mercantis:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado e são rendimentos ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, quando existentes, são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **2.24. Benefícios a empregados:** Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.25. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração de valor adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09-RAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 e é apresentada como informação suplementar. **2.26. Novos pronunciamentos:** i) Normas vigentes a partir de 1 de janeiro de 2014: Durante 2014, as seguintes normas emitidas pelo IASB entraram em vigor e, não impactaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia: • IAS 32 - "Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros. • IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment) - Essa emenda esclarece que o escopo da divulgação de informações sobre o valor recuperável é limitado ao valor recuperável dos ativos depreciados, que são mensurados com base no valor justo menos os custos de alienação. As alterações devem ser aplicadas retroativamente. • FRIC 21, Leivas - O FRIC 21 é uma interpretação do IAS 37, Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes. O FRIC 21 aborda a entidade a partir de 1 de janeiro de 2014. • IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes. Em 28 de maio de 2014, o IASB publicou uma nova norma sobre o reconhecimento de receitas que substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS, sendo que a norma específica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Esta norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. IAS 1 - Divulgação: Trata da evidencição na divulgação das demonstrações financeiras de propósito geral. Esta norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016. Alteração IAS 27 - Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas: A revisão cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas. A Camil já utilizava em suas demonstrações contábeis individuais o método de equivalência patrimonial para registrar esses investimentos. ii) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: IFRS 9 - Instrumentos financeiros e emenda: O IFRS 9 estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O IFRS 9 inclui os requisitos para a classificação de hedge. Não são esperados impactos significativos na posição financeira e desempenho da Companhia. • IFRS 13 - Medição de Valor Justo: A norma estabelece a definição de valor justo e a orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS, sendo que a norma específica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Esta norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. IAS 1 - Divulgação: Trata da evidencição na divulgação das demonstrações financeiras de propósito geral. Esta norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016. Alteração IAS 27 - Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas: A revisão cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de investimento - exceções à regra de consolidação: Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é investidor não pode manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a menção de valor justo por meio do resultado utilizado pelos seus investidores. A Administração já havia avaliado essas alterações e, com base no texto vigente, estima não haver efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2015.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir. **Estimativas de provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. No caso de ativo (goodwill), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o montante do ativo apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos. **Identificação e revisão de vida útil de imobilizado e intangíveis:** A vida útil de imobilizado e intangíveis são estabelecidas e revisada como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado. **Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade tributária. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia, de suas filiais e de suas controladas. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Disponibilidades	2.744	120.599	20.736	124.477
Aplicações financeiras	223.241	88.804	223.242	137.379
	225.985	209.403	243.978	261.856

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes estão representadas por investimentos em renda fixa com rendimento médio de 99,82% (101,16% em 28 fevereiro de 2014) do CDI sendo resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação sem carência.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras estão representadas por investimentos em renda fixa lastreadas ao rendimento médio de 102,5% do CDI (103,8% em 28 fevereiro 2014), e são registradas

ao valor justo por meio do resultado, as quais possuem cláusulas de carência de liquidez. Em 28 de fevereiro de 2015, a Companhia possui aplicação financeira classificada no ativo não circulante no montante de R\$16.872 na controladora (R\$20.049 em 28 de fevereiro de 2014) e R\$16.936 no consolidado (R\$20.113 em 28 de fevereiro de 2014). A Aplicação na controladora foi realizada com o Banco BT PACTUAL S.A., para garantir o pagamento das obrigações previstas no contrato de compra e vendas de quotas celebrado entre a Camil e Pepsico do Brasil Ltda., pela compra da Canadá Participações Ltda. (Coqueiro) ocorrida em 2011.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Títulos a vencer	416.526	416.916	549.391	480.938
Títulos vencidos até 30 dias	8.207	3.524	28.208	31.119
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	771	1.212	4.251	21.653
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	590	5.755	2.989	2.711
Títulos vencidos há mais de 91 dias	3.128	10.009	7.946	14.353
	429.222	432.236	592.785	550.774
Descontos contratados	(9.109)	(11.268)	(9.109)	(11.268)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.889)	(9.430)	(6.605)	(11.156)
Ajuste a valor presente	(1.745)	(1.700)	(1.745)	(1.700)
	413.479	409.838	575.326	526.650

A movimentação da provisão para descontos contratados é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Saldo no início do exercício	(11.268)	(12.993)	(11.268)	(12.993)
Adições	2.159	1.725	2.159	1.725
Saldo no final do exercício	(9.109)	(11.268)	(9.109)	(11.268)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Saldo no início do exercício	(9.430)	(10.188)	(11.156)	(11.519)
Adições	4.541	758	4.551	758
Baixas	(4.889)	(9.430)	(6.605)	(11.156)
Saldo no final do exercício	(9.109)	(9.430)	(6.605)	(11.156)

7. ESTOQUES:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Arroz	75.900	73.208	175.233	237.945
Feijão	7.411	10.120	15.838	10.120
Acúcar	23.394	28.702	23.394	28.702
Óleo	358	297	4.616	297
Linha pronto	374	442	374	442
Pescados	50.879	49.359	50.879	49.359
Outros produtos	11.707	10.905	13.691	10.905
Embalagens	19.945	24.699	26.728	24.699
Subprodutos	1.453	1.673	1.936	1.673
Importações de mercadorias em andamento	6.798	6.794	7.469	6.794
Materiais auxiliares de produção	499	484	11.408	484
Mercadorias para revenda	517	246	752	246
Estoque em poder de terceiros	26.672	49.290	26.672	49.290
Estoque em trânsito	11.851	16.479	56.232	16.479
Ajuste a valor presente	(1.226)	(921)	(1.226)	(921)
	236.532	271.777	414.827	436.514

Os estoques estão segurados contra incêndio e riscos diversos. Sua cobertura é determinada em função dos valores de riscos envolvidos. Detalhes das coberturas estão descritas na Nota 25.

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E PRODUTORES: Referem-se a adiantamentos efetuados às cooperativas, companhias produtoras de arroz e produtores independentes para assegurar a compra de arroz.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
ICMS e IVA a recuperar	3.649	11.791	3.649	11.791
PIS e COFINS a recuperar	74.370	39.856	74.370	39.856
Imposto de renda retido na fonte	9.073	16.655	12.399	19.852
IPI a recuperar	13.651	9.299	13.651	9.299
Outros	11.425	15.003	11.426	15.003
	112.168	87.047	125.591	95.801
Parcela classificada no circulante	109.370	82.996	122.793	91.750
Parcela não circulante	2.798	4.051	2.798	4.051

O ICMS e IVA a recuperar estão representados por montantes a recuperar que referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e suas controladas, podendo ser compensados com futuros débitos de mesma natureza. No Brasil, os créditos acumulados também podem ser vendidos a terceiros, desde que observadas certas condições. A Companhia possui, também um saldo a recuperar de ICMS de R\$25.634, advindo da aquisição da Docelear, o qual apresenta uma provisão para perdas de igual valor, devido à baixa probabilidade de recuperação dos referidos créditos. Na controladora, o PIS e a COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, a créditos introduzidos pela Lei nº 10.925/04 (a mesma Lei regulamenta a utilização destes créditos) e créditos referentes ao auto arbitramento, realizado pela Femepe Indústria e Comércio S.A., nos períodos de 2005 a 2009. É objeto de estudo por parte da administração da Companhia a forma de utilização desses valores, não sendo esperadas perdas na realização dos referidos créditos. A Femepe Indústria e Comércio S.A. foi incorporada pela Camil Alimentos S.A. em 1º de novembro de 2011. O imposto de renda retido na fonte (IRRF) refere-se, substancialmente, a resgate de aplicações financeiras. No consolidado também compõe o saldo os créditos de IRPJ e CSLL referentes ao auto arbitramento e pagamentos a maior em 2010 realizados pela subsidiária incorporada Femepe Indústria e Comércio S.A.

10. OUTROS CRÉDITOS:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Títulos a receber Even-Rio	16.343	-	16.343	-
Outros créditos	15	41	545	871
	16.358	41	16.888	871

O valor de R\$ 16.343 da controladora se refere ao saldo a receber da empresa Even Rio pela venda do terreno da unidade de Piedade (RJ).

11. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS: a) Carreiro Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.: No dia 10 de maio de 2013, a Companhia adquiriu 44.999.999 quotas de capital, representando a totalidade do capital social da empresa Carreiro Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., conforme Ofício nº 494/2013/OF, do processo 0051785-76.2012.8.19.0001. Foram adquiridas apenas as ações e marcas relacionadas aos negócios mais relevantes de alimentos da Carreiro Alimentos Ltda., a qual encontrava-se em processo de recuperação judicial. A Companhia concluiu o processo de identificação do valor justo, sem identificar alterações em relação à divulgação em 2014, conforme quadro abaixo, onde todas as alocações foram feitas impactando imobilizado e marcas. Carreiro (Ativos e Marcas)

	RS mil		Investimentos	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Ativos				
Intangível - Marcas	16.362	11.791	38.821	525.145
Imobilizado	28.354	44.716	38.821	525.145
Total dos ativos e passivos líquidos identificáveis	44.716	56.507	77.642	1.050.290
(-) Valor da contraprestação	(45.000)	-	1.464	3.888
Agio apurado	284	-	321	45.762
Custos relacionados à aquisição	4.061	-	321	45.762
Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2014, os custos relacionados à aquisição de R\$4.061 foram reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas: i. R\$15.280 do grupo de despesas administrativas; e ii. R\$3.886 dentro do grupo de despesas financeiras. b) La Loma Alimentos S.A.: No dia 03 de junho de 2013, a Companhia, por meio de sua controladora Camil Internacional, adquiriu 100% das quotas da La Loma Alimentos S.A., conforme contrato de compra e venda de quotas. O valor justo dos ativos e passivos identificados da La Loma Alimentos S.A. é apresentado a seguir:				
Ativos				
Caixa	140	904	38.821	525.145
Contas a receber	904	934	38.821	525.145
Estoque	813	933	38.821	525.145
Impostos a recuperar	1.771	933	38.821	525.145
Outras contas	933	10.888	38.821	525.145
Imobilizado	10.888	22.951	38.821	525.145
Total dos ativos identificáveis líquidos	22.951	40.611	38.821	525.145
Passivos				
Fornecedores	10.979	602	38.821	525.145
Impostos e contribuições	602	3.467	38.821	525.145
Outros passivos	3.467	15.048	38.821	525.145
Total dos passivos	15.048	20.117	38.821	525.145
Total dos ativos e passivos líquidos identificáveis	7.903	20.494	38.821	525.145
(-) Valor da contraprestação	7.082	-	38.821	525.145
Deságio apurado	(821)	-	38.821	525.145
Custos relacionados à aquisição	190	-	38.821	525.145
Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2014, os custos relacionados à aquisição no valor de R\$190 foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas administrativas. A Companhia concluiu o processo de identificação do valor justo, sem identificar alterações em relação ao				

13. IMOBILIZADO:

	Controladora		Consolidado	
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores
Saldo em 28/02/2014	87.494	228.026	457.154	19.509



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 28 DE FEVEREIRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

a) Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		
	Taxa anual ponderada	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Capital de giro	-	-	-	-	-
Moeda nacional	12,60% a.a.	290.214	349.408	290.321	349.863
Moeda estrangeira	11,45% a.a.	-	-	-	-
Moeda estrangeira	USD 1,96% a.a.	-	-	2.20	14.153
Moeda estrangeira	USD 6,30% a.a.	-	-	4.320	-
Moeda estrangeira	CLP 5,20% a.a.	-	-	23.365	30.368
Moeda estrangeira	PEN 5,89% a.a.	-	-	149.294	63.471
Moeda estrangeira	ARS 30,00% a.a.	-	-	12.382	13.108
Leasing	CLP 6,50% a.a.	-	-	1.046	1.961
Leasing	PEN 4,87% a.a.	-	-	657	318
Leasing	USD 5,50% a.a.	-	-	55	133
Ativo imobilizado - Moeda estrangeira	USD 3,91% a.a.	5.205	-	5.205	-
Ativo imobilizado - Moeda estrangeira	EUR 3,91% a.a.	-	4.600	-	4.600
Ativo imobilizado	TULP 2,34% a.a.	-	250	-	250
Ativo imobilizado	TULP 4,43% a.a.	-	-	1.649	7.682
Ativo imobilizado	-	-	-	-	-
Ativo imobilizado	-	61.538	50.636	60.031	50.636
Ativo imobilizado	USD 6,02% a.a.	-	-	49.990	61.264
Parcela classificada no circulante	-	356.957	404.894	603.535	597.807
Parcela não circulante	-	(84.969)	(88.629)	(167.394)	(199.402)
Parcela não circulante	-	271.988	316.265	436.141	398.405

Abertura dos empréstimos por instituição financeira:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2015
Banco Citibank	120.208	124.911
Banco do Brasil	181.359	182.993
Banco Itaú	50.939	61.186
Banco Santander	2.566	25.898
Banco ABC Brasil	335	335
Banco do Nordeste do Brasil	1.550	1.550
Banco de La Republica Oriental de Uruguay	-	6.532
H5BC Bank S.A.	-	7.336
DEG Bank	-	28.011
Outros	-	1.981
Banco de Credito del Perú	-	149.294
Scotiabank	-	3.297
Banco de Chile	-	8.655
Bradesco	-	682
Caixa Econômica Federal	-	874
	356.957	603.535

Com exceção das operações de capital de giro do Banco do Brasil de R\$165.890 e do Banco Citibank de R\$120.208, e da operação de financiamento à importação (finimp) do Banco Itaú de R\$5.205, que não possuem garantias, todos os demais empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado (vide Nota 12) e penhor mercantil de estoques. A controladora SAMAN possui um empréstimo onde foram dadas em garantia hipotecas, máquinas e estoques das Controladas Arrozur S.A. e Galofer S.A. As parcelas de longo prazo dos empréstimos vencem como segue:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
2015	-	12.282
2016	-	69.546
2017	79.473	70.051
2018	136.675	133.304
2019	18.580	15.449
2020	18.016	27.915
Após 2021	19.243	39.743
Total	271.988	316.265

b) Debêntures: A composição das debêntures em circulação é conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014
Garantia Quirográfrica	-	-
Emissão em 20/01/2012	450	450
Emissão em 04/10/2012	170	170
Emissão em 03/07/2014	200	200
Custo transação	(172.878)	(172.878)
Passivo circulante	517.967	468.880
Passivo não circulante	(172.878)	(172.878)

Emissão em 20 de janeiro de 2012: Em 20 de janeiro de 2012, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da Espécie Quirográfrica no total de 450 debêntures em duas séries, correspondendo a um valor total de R\$450.000. As debêntures serão amortizadas semestralmente sendo o primeiro pagamento devido em 19 de julho de 2014, e o último pagamento em 19 de janeiro de 2017. O pagamento da remuneração da 1ª série será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 19 dos meses de janeiro e julho de cada ano, iniciando em 19 de julho de 2012 e finalizando na data de vencimento. O pagamento da remuneração da 2ª série será realizado trimestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 19 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, iniciando em 19 de abril de 2012 e finalizando na data de vencimento e em conjunto com a data de pagamento da remuneração das debêntures da 1ª série. Os custos incorridos na captação dos recursos foram registrados em conta redutora do passivo, sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de pagamento das debêntures, pelo método da taxa efetiva de juros. Não houve prêmio na emissão das debêntures. Os recursos captados foram utilizados para o resgate antecipado das 250 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com data de emissão em 10 de dezembro de 2009, no valor principal de R\$250.000 na data de emissão, com vencimento em 10 de dezembro de 2014 e saldo remanescente para reforço do capital de giro da Companhia. **Emissão em 04 de outubro de 2012:** No dia 04 de outubro de 2012 foram emitidas 170 debêntures no valor nominal de R\$1.000, pela Docelar Alimentos e Bebidas S.A., não conversíveis em ações da espécie quirográfrica as quais foram incorporadas pela Camil Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, conforme Ata de aprovação do Instrumento de Justificação. O pagamento da remuneração das debêntures será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 04 dos meses de abril e outubro de cada ano, iniciando em 04 de abril de 2013. **Emissão em 03 de julho de 2014:** No dia 03 de julho de 2014 a Companhia constituiu sua quinta emissão de debêntures no valor de R\$200.000, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Camil Alimentos S.A.", celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A. Foram emitidas 200 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000 (um milhão de reais), e terão prazo de cinco anos a contar da data de emissão (15 de março de 2014), vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2019. Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios de 10% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias do DI (depósitos interfinanceiros de dia a dia), acrescida exponencialmente de um spread de 1,30% ao ano. Para todas as datas de emissões a Companhia poderá resgatar antecipadamente total ou parcialmente as debêntures, a partir da data de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fidejussor e publicação de aviso aos Debenturistas. Os contratos de emissão de debêntures preveem o cumprimento dos seguintes compromissos ("covenants"): i) dívida líquida/ebdita igual ou inferior a 3,0 (três vezes) em fevereiro de 2012 e fevereiro de 2013; ii) 2,75 (duas virgula setenta e cinco vezes) em fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015; (c) 2,5 (duas virgula cinco vezes) em fevereiro de 2016; e iii) ativo circulante/passivo circulante igual ou superior a 1,0 (uma vez). A Companhia está em conformidade com as cláusulas de compromisso. As parcelas de longo prazo das debêntures vencem como segue:

	Controladora e Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014
2016	206.107	206.107
2017	183.529	206.106
2018	117.496	56.667
2019	167.219	-
Após 2020	49.723	-
Total	517.967	468.880

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: A sociedade controladora da Companhia é a Arfe Comércio e Participações S.A. Não há transações entre a Companhia e sua controladora, exceto o pagamento de dividendos. Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas e outras partes relacionadas:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
Ativo circulante	-	-
Contas a receber	-	-
Controladas:	-	-
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	2	2.464
Ciclo Logística Ltda.	13.511	2.823
Coligadas:	-	-
Galofer S.A.	4.750	3.690
Comisaco S.A.	2.345	1.795
Arrozur S.A.	11	6
Outros:	-	-
Climuy S.A.	6.256	4.976
Total do ativo	13.513	5.287

Passivo circulante

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
Contas a pagar por compras	-	-
Controladas:	-	-
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	8.166	3.428
Ciclo Logística Ltda.	3.784	2.549
Empresas Tucapel S.A.	950	-
Carreiros Alimentos S.A.	16.380	15.585
Coligadas:	-	-
Climuy S.A.	-	88
Arrozur S.A.	4.569	1.612
Tacua S.A.	1.092	658
Galofer S.A.	-	19
Outros:	-	-
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	580	561
Total do passivo	29.860	22.123

Despesa por compra de arroz beneficiado

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	32.686	71.385
Empresas Tucapel S.A.	5.479	-
Despesas de aluguel	-	-
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	6.825	6.028
Ciclo Logística Ltda.	49.493	61.561
Despesas com envase e compra de água mineral	-	222
Classe Brasil Ltda.	-	222
Despesas com irrigação	-	21
Climuy S.A.	-	(921)
Busky Trading S.A.	-	13
Despesas com energia elétrica	-	1.394
Galofer S.A.	-	1.055
Despesas com parbolização de arroz	-	16.152
Arrozur S.A.	-	12.618
Despesas com serviços portuários	-	8.847
Tacua S.A.	-	6.681
Total despesas	94.483	139.197

As transações de compras realizadas com nossa controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) referem-se à compra de arroz para abastecer a região Nordeste do Brasil. Os pagamentos são, substancialmente, efetuados de forma antecipada. As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se, substancialmente, a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales. O prédio e terreno onde está situado a Unidade Produtiva do Estado de São Paulo e a Unidade Produtiva de Campo Grande no Estado do Rio de Janeiro, pertencem a Q4 Empreendimentos e Participações Ltda., parte relacionada, que cobra aluguel de R\$475 e R\$105 (R\$461 e R\$100 em 28 de fevereiro de 2014) ao mês com vencimento todo dia três e cinco do mês subsequente, respectivamente. As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes. **a) Aísis concedidos:** A S.A. Molinos Arroceros Nacionales é garantidora das seguintes operações:

Empresas relacionadas:

	28/02/2015	28/02/2014
Em operações de empréstimos bancários	-	-
Arrozur S.A.	6.463	3.849
Comisaco	3.994	3.262
Galofer S.A.	26.551	21.255
	37.008	28.636

Produtores de arroz:

	28/02/2015	28/02/2014
Em operações de empréstimos bancários	2.079	2.664
Em operações com fornecedores	2.748	4.119
	4.827	6.783

b) Remuneração da Administração: No exercício findo em 28 de fevereiro de 2015, a remuneração dos administradores e Conselheiros Independentes totalizou R\$10.486 (R\$7.703 em 28 de fevereiro de 2014), e está apresentado na rubrica despesas administrativas na demonstração do resultado. A Companhia não tem como política pagar às pessoas-chave da administração remunerações relativas a: 1) Benefícios de longo prazo; 2) Benefícios de rescisão de contrato de trabalho; 3) Outros benefícios/remuneração; 4) Benefícios pós-emprego; e 5) Remuneração baseada em ações.

17. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS: a) Riscos prováveis: A Companhia tem diversos processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Administração mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis com esses processos.

A provisão para riscos é assim formada:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
Provisão	-	-
Em 28 de fevereiro de 2014	4.763	1.057
Adições	4.716	48
Baixas	(292)	(784)
Em 28 de fevereiro de 2015	9.187	273

Depósitos judiciais

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
Em 28 de fevereiro de 2014	(729)	(525)
Adições	(988)	(307)
Baixas	1.065	261
Em 28 de fevereiro de 2015	(652)	(571)

Provisão

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
Em 28 de fevereiro de 2014	4.793	2.607
Adições	5.940	89
Baixas	(292)	(2.334)
Em 28 de fevereiro de 2015	10.441	273

Depósitos judiciais

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
Em 28 de fevereiro de 2014	(729)	(525)
Adições	(1.065)	(307)
Baixas	1.067	261
Em 28 de fevereiro de 2015	(727)	(571)

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. Os consultores jurídicos consideram que não haverá desembolsos relevantes em função dos temas em discussão e do histórico da Companhia e suas controladas nestes tipos de ação. b) Riscos possíveis: A Companhia está envolvida em processos que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos consultores jurídicos e aspectos legais não requerem o registro de provisões. (i) A Companhia é ré em ação de cobrança número 0100208-33.2013.8.19.0001, em trâmite pela 13ª Vara Cível do Rio de Janeiro-RJ, movida pela empresa Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (SAAL), no valor histórico de R\$6.553, valor atual de R\$9.088 (correção monetária e juros), em decorrência de suposto descumprimento, pela Camil, de contrato de prestação de serviços de tratamento de resíduos industriais, na unidade de São Gonçalo/RJ. O processo se encontra em fase de instrução, aguardando realização de perícia técnica. (ii) Em novembro de 2010, foi lavrado contra a Companhia auto de infração para cobrança de imposto de importação, acrescido de juros de mora e multa no valor total de aproximadamente R\$11.000, por alegada importação de arroz com classificação fiscal incorreta e consequente recolhimento do imposto de importação a menor. Protocolado recurso voluntário, o qual aguarda julgamento. (iii) Em 2007, as autoridades fiscais do Estado de São Paulo lavraram auto de infração contra a Companhia, objetivando a cobrança de ICMS por suposto recolhimento a menor, em função da escrituração de créditos supostamente indevidos, correspondentes à diferença entre o imposto destacado nos documentos fiscais, à alíquota de 12%, e o imposto efetivamente pago no Estado de origem, Rio Grande do Sul, calculado à alíquota de 5% por força de benefício fiscal. O valor atualizado desta notificação é de R\$9.600. O processo aguarda apreciação do Juiz. (iv) A execução fiscal número 0047913-00.2013.4.03.6182 no valor de R\$ 16.886 relativa a supostos débitos de PIS/COFINS apurados no ano calendário 11/2000 a 05/2001 e de 07/2001 a 12/2002 teve sua classificação alterada de riscos possíveis para riscos remotos no exercício findo em 28 de fevereiro de 2015.

18. PROGRAMA DE PARCELAMENTO ESPECIAL:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
Parcelamento PAES	88	504
Processos adicionais	79.982	83.631
	80.070	84.135
Circulante	(9.981)	(9.627)
Não circulante	70.089	74.508

a) PAES: A Companhia aderiu ao programa de parcelamento especial para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 10.684/02. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 30 de julho de 2003, serão liquidados em 120 meses com atualização monetária pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

	Controladora e Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014
Saldo devedor original	13.821	13.821
Juros e atualizações	4.500	4.388
Amortizações ocorridas	(15.386)	(14.854)
Redução de multa e juros conforme Lei 11.941/09	(2.847)	(2.847)
	88	504
(-) Parcela classificada no circulante	(88)	(423)
Passivo não circulante	-	81

b) Parcelamentos adicionais: Em 13 de novembro de 2009, a Companhia protocolou seu pedido de inclusão do saldo devedor do antigo programa de parcelamento especial no novo programa de parcelamento de débitos fiscais federais instituídos pela Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. Com base nos dispositivos da nova Lei e suas regulamentações o saldo devedor remanescente foi recalculado e sob ele aplicado as reduções previstas em lei. Adicionalmente, a Companhia optou pela desistência de certos processos administrativos nos quais discutia notificações emitidas pelas autoridades fiscais por compensação de débitos fiscais de imposto de renda com créditos de PIS e COFINS, tendo incluído os valores devidos, também no parcelamento especial. Abaixo demonstramos os saldos deste parcelamento:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2015	28/02/2014
Saldo devedor original	95.039	95.039
Saldo incorporação Speed Transportes Ltda.	-	1.420
Juros e atualizações	34.195	30.717
Amortizações ocorridas	(45.678)	(38.551)
Redução de multa e juros conforme Lei 11.941/09	(3.574)	(3.574)
	79.982	83.631
(-) Parcela classificada no circulante	(9.981)	(9.204)
Passivo não circulante	70.089	74.427

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 28 de fevereiro de 2015, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 527.428, dividido em 112.986.740 ações ordinárias



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03



—* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 28 DE FEVEREIRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. DESPESAS POR NATUREZA:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Despesas por função.....				
Custo dos produtos vendidos.....	(1.985.545)	(1.979.317)	(2.824.365)	(2.702.454)
Despesas com vendas.....	(286.837)	(300.878)	(402.099)	(413.387)
Despesas gerais e administrativas.....	(132.226)	(125.325)	(173.907)	(162.132)
	(2.404.608)	(2.405.520)	(3.400.371)	(3.277.973)
Despesas por natureza.....				
Depreciação e amortização.....	(53.144)	(54.952)	(76.263)	(76.430)
Despesas com pessoal.....	(219.994)	(215.032)	(315.284)	(289.525)
Matéria-prima e materiais.....	(1.698.450)	(1.693.337)	(2.329.851)	(2.247.023)
Fretes.....	(217.029)	(240.348)	(314.469)	(326.782)
Despesas tributárias.....	(5.049)	(6.478)	(14.001)	(13.250)
Comissões sobre vendas.....	(15.972)	(19.291)	(20.500)	(23.046)
Despesas com marketing.....	(42.906)	(30.632)	(54.234)	(38.392)
Despesas com manutenção.....	(49.214)	(42.466)	(65.808)	(51.254)
Despesas de energia elétrica.....	(16.593)	(21.242)	(30.703)	(36.297)
Despesas com serviços de terceiros.....	(39.715)	(35.549)	(50.025)	(61.451)
Outras despesas.....	(46.542)	(46.193)	(129.233)	(114.523)
	(2.404.608)	(2.405.520)	(3.400.371)	(3.277.973)

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO:

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Alimentício Brasil		Alimentício Internacional		Total Consolidado	
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Receita líquida de vendas.....	2.600.624	2.639.921	1.075.158	941.642	3.675.782	3.581.563
Lucro bruto.....	614.456	656.082	236.961	223.027	851.417	879.109
Despesas de vendas e administrativas.....	(403.070)	(405.836)	(172.936)	(169.683)	(576.006)	(575.519)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(56)	(19.603)	9.669	14.904	9.613	(4.699)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras.....	211.330	230.643	73.694	68.248	285.024	298.891
Despesas financeiras.....	(176.006)	(150.773)	(28.061)	(34.681)	(204.067)	(185.454)
Receitas financeiras.....	65.721	55.724	10.077	10.138	75.798	65.862
Lucro antes dos impostos.....	101.045	135.594	55.710	43.705	156.755	179.299
IRPJ e CSLL.....	(34.906)	(42.885)	(16.889)	(12.200)	(51.795)	(55.085)
Lucro líquido.....	66.139	92.709	38.821	31.505	104.960	124.214
	Alimentício Brasil	Alimentício Internacional	Total Consolidado	Total Consolidado	28/02/2015	28/02/2014
	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014	28/02/2015	28/02/2014
Ativo circulante.....	1.223.284	1.163.177	554.418	444.936	1.777.702	1.608.113
Ativo não circulante.....	41.120	29.291	1.446.936	1.364.387	1.488.056	1.393.678
Passivo circulante.....	640.988	601.302	334.101	313.123	975.089	914.425
Passivo não circulante.....	975.012	1.015.509	171.903	85.864	1.146.915	1.101.373

LUCIANO MAGGI QUARTIERO - Presidente

ROGÉRIO DARCCIN - Contador - CRC 1SP197558

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Camil Alimentos S.A.

São Paulo (SP)

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 28 de fevereiro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas

pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Camil Alimentos S.A. em 28 de fevereiro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação de DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de maio de 2015



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Douglas Travaglia Lopes Ferreira
Contador CRC-1SP218313/O-4